

I

A séde da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, de propriedade do Governo do Estado do Maranhão, será na cidade de S. Luiz do Maranhão, obrigando-se porém a companhia a ter um representante nesta cidade.

II

A companhia se obriga a fazer o seguinte serviço de navegação:

a) *linha do Norte*, entre S. Luiz e Belém: uma viagem mensal, com escalas, quer na ida, quer na volta, por Pinheiro, Guimarães, Cururupu, Turyassú, Carutapera, Viseu e Bragança;

b) *linha do Centro*, entre S. Luiz e S. Bento: uma viagem mensal, com escalas por Alcantara;

c) *linha do Sul*, entre S. Luiz e Natal: uma viagem mensal, que poderá ser prolongada até Recife e será elevada para duas, sem augmento da subvenção, logo que a companhia adquira novas unidades, com escalas por Barreirinhas, Tutoya, Amarração, Camocim, Acarahú, Fortaleza, Mossoró e Macão.

Fica entendido que, além das viagens acima determinadas, poderá a companhia fazer outras em character extraordinario, para attender aos interesses do commercio e ao movimento dos passageiros.

As escalas citadas poderão ser supprimidas, substituidas ou alteradas, segundo os interesses geraes da região, sem maiores onus para os cofres publicos, de mutuo accôrdo entre o Governo Federal e a companhia.

III

De conformidade com os dados actuaes, fica officialmente fixada a extensão de cada linha, do seguinte modo:

Milhas

*Linha do Norte:*

S. Luiz a Guimarães.....	45
Guimarães a Pinheiro . . . . .	30
Pinheiro a Cururupu . . . . .	70
Cururupu a Turyassú . . . . .	80
Turyassu a Carutapera . . . . .	90
Carutapera a Viseu . . . . .	20
Viseu a Bragança . . . . .	85
Bragança a Belém . . . . .	185

Total . . . . . 605

*Linha do Centro:*

S. Luiz a Alcantara.....	9
Alcantara a S. Bento.....	31

Total . . . . . 40

*Linha do Sul:*

S. Luiz a Barreirinhas . . . . .	130
Barreirinhas a Tutoya . . . . .	36
Tutoya a Amarração . . . . .	45
Amarração a Camocim . . . . .	57
Camocim a Acarahú . . . . .	54
Acarahú a Fortaleza . . . . .	120
Fortaleza a Aracaty . . . . .	70
Aracaty a Mossoró . . . . .	63
Mossoró a Macão . . . . .	48
Macão a Natal . . . . .	144

Total . . . . . 767

#### IV

A companhia obriga-se a iniciar o serviço de navegação dentro do prazo máximo de 30 dias, contados da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, podendo, por esse fim, lançar mão dos actuaes vapores *Cururup* e *Teryassu*, de sua frota, uma vez feitos os concertos e reparos de que os mesmos necessitam, ou de navios tomados a frete precedendo, nesse caso, a necessaria autorização da Inspectoria Federal de Navegação.

Fica, porém, marcado o prazo improrogavel de seis meses para realização dos concertos e reparos dos dous vapores mencionados, importando o não cumprimento dessa obrigação em uma multa de 5:000\$, por mez decorrido além do prazo fixado, até completar seis mezes, findos os quaes será o contracto de pleno direito rescindido por decreto do Governo Federal, sem dependencia de interpellação ou accção judicial; nesse caso perderá ainda a companhia a caução a que se refere a clausula respectiva do contracto, não lhe assistindo direito a reclamar indemnização alguma.

Outrosim, logo que o exijam os interesses commerciaes da região a companhia se obriga a compra de mais vapores ou ao fretamento de unidades nacionaes, adequados ao serviço dos pequenos portos por ella servidos e que desenvolvam a velocidade minima de 12 milhas por hora, dispondo de iluminação e ventilação electricas, appparelhos hydraulicos ou a vapor para carga e descarga, machina de desinfecção, bombas e appparelhos para extincção de incendios, appparelhos de telegraphia sem fio e demais apetrechos exigidos pelo regulamento da marinha mercante e navegação de cabotagem; esses vapores deverão ter a lotação minima de 40 passageiros de 1ª classe, em beliches, 80 de 3ª, e a capacidade minima de 400 toneladas de carga.

Os seus planos deverão ser sujeitos préviamente á approvação da Inspectoria Federal de Navegação, no caso de fretamento, e á do Ministerio da Viação e Obras Publicas, no de compra, caso em que, autorizada a incorporação á frota da companhia, de accôrdo com as condições regulamentares vigentes, ficará esta obrigada a apresenter á Inspectoria Federal de Navegação os documentos comprobatorios do custo e o certificado de construcção dessas unidades.

Os vapores, que se inutilizarem no serviço ou se perderem por accidente serão substituidos, mediante compra, dentro do prazo de 12 mezes, por outros que satisfaçam as condições acima estabelecidas; enquanto não se realizar a substituição, poderá a companhia executar o serviço com vapores tomados a frete e aceitos pela Inspectoria Federal de Navegação, o que tambem poderá ser feito, no caso do accidente ter succedido a vapor fretado. A falta de substituição dentro do prazo fixado importará na applicação dos mesmas multas acima indicadas.

#### V

O numero de embarcações ordinarias e de salva-vidas, de cintos de salvação, a quantidade de sobressalentes e aprestos indispensaveis ao serviço nautico, bem com os objectos destinados ao uso dos passageiros, serão fixados em tabella especial, organizada pela companhia e submettida á approvação da Inspectoria Federal de Navegação.

#### VI

Além das vistorias exigidas pela legislação em vigor, ficam os vapores sujeitos ás que forem julgadas necessarias pela Inspectoria Federal de Navegação, obrigando-se a companhia a cumprir immediatamente qualquer intimação decorrente dessas vistorias.

#### VII

Os navios da companhia gozarão das vantagens e regalias de paquetes, de accôrdo com o regulamento do Marinha Mercante e da Navegação de Cabotagem, ficando, porem, sujeitos a esse regulamento e aos da Inspectoria Federal de Navegação, da Policia, da Saude, Alfandega das Capitaniaes de Portos e outros que existam ou vierem a existir, referentes e applicaveis aos serviços de navegação estipulados, no que não contravierem as presentes clausulas.

#### VIII

Os dias e horas de partida, o tempo de demora em cada porto de escala e a duração das viagens redondas, em cada uma das linhas da clausula II, são fixados na tabella organizada pela companhia e submettida á approvação do Ministerio da Viação e Obras Publicas, por intermedio do In-



pro-movidos á aprovação do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Inspeccia Federal de Navegação, dentro de 30 dias contados da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, de-  
vendo as tabellas, uma vez approvadas, ser publicadas no  
Diário Official, no prazo de oito dias da data da sua ap-  
provação, e á custa da companhia.

Os prazos de demora nos portos contar-se-hão do mo-  
mento em que os vapores fundearem, quer seja em dia útil,  
quer em dia feriado, entendendo-se que o maximo de tempo  
fixado nas tabellas não é obrigatorio, devendo as autoriza-  
ções das locaes despatchar os vapores antes da terminação desse  
prazo, sempre que seja possível e logo que esteja concluido  
o serviço de carga e descarga.

Fica entendido, porém, que os cammandantes dos vapo-  
res são obrigados a affixar a bordo, ouvido o representante  
da companhia no porto de escala, a hora de sahida do navio,  
dentro dos limites alraz especificados, não só para o conhe-  
cimento dos passageiros, como para o do fiscal da Inspeccia  
Federal de Navegação.

Obriga-se ainda a companhia a fazer inserir, nos annun-  
cios de sahida dos vapores, a natureza da viagem que vão  
emprender, se contractual, se extraordinaria.

## IX

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data do registro  
do contracto pelo Tribunal de Contas, submeterá a compa-  
nhia á aprovação do Ministerio da Viação e Obras Publicas,  
por intermedio da Inspeccia Federal de Navegação, as ta-  
bellas de fretes e passagens que terão de vigorar no serviço  
contractado, e serão effectivas, quer para viagens contra-  
ctadas, quer para viagens extraordinarias das linhas regu-  
lares estabelecidas.

Enviará tambem a companhia, e dentro do mesmo prazo,  
uma tabella com os preços dos generos e artigos vendidos a  
bordo de seus vapores, affim de ser a mesma approvada pela  
Inspeccia Federal de Navegação, que fiscalizará a sua obe-  
diencia.

Todas essas tabellas deverão ser publicadas no Diário  
Official, dentro do prazo de oito dias, a partir da data da  
respectiva aprovação, e á custa da companhia.

## X

A companhia obriga-se a transportar gratuitamente:

1.º o inspector e os funcionarios fiscaes da Inspeccia  
Federal de Navegação, quando viajarem em serviço;

2.º o empregado encarregado do serviço postal;

3.º as malas do correio, nos termos da legislação vigente,  
devidamente acondicionadas, fazendo o seu transporte gra-  
tuito de terra para bordo e vice-versa, sendo que o recebi-  
mento dellas, no correio, se effectuará uma hora antes da  
previamente annunciada para a sahida do vapor e a entrega,  
uma hora, no maximo, depois de ter sido dada livre pratica  
ao vapor chegado ao porto;

4.º os dinheiros publicos, na forma das leis em vigor;

5.º os objectos destinados ao Museu Nacional;

6.º os objectos remetidos a ou pela Secretaria de Estado  
da Viação e Obras Publicas ou quaesquer repartições a ella  
annexas e os destinados ás exposições officiaes ou favore-  
cidas pelo Governo Federal;

7.º as sementes e mudas de plantas destinadas aos jardins  
e estabelecimentos publicos ou agricultores remetidas pelo  
Governo ou por quaesquer sociedades ou syndicatos agricolas  
por elle auxiliados;

8.º qualquer material peculiarmente apto a experiencias  
e serviços dos Institutos de Manguinhos, Butantan, Victal  
Brasil e congeneres.

## XI

A companhia obriga-se a conceder nos seus vapores  
transporte com abatimento de 50 % sobre os preços da respec-  
tiva tabella, para a Força Publica ou escolta conduzindo pre-  
ços, e com 30 %, para qualquer outro transporte não previsto  
na clausula anterior e que tenha de ser pago pelos cofres da  
União ou dos Estados servidos pela sua navegação.

## XII

As tarifas de fretes e passagens só poderão ser alteradas  
de dois em dois annos, pela revisão das mesmas de mutuo  
acôrdo.

## XIII

A companhia obriga-se a estabelecer trafego mutuo com  
as linhas de navegação e vias ferreas que venham ter aos  
portos servidos por seus vapores, submettendo os acôrdoes

## XIV

A companhia se obriga a distribuir a praça de seus va-  
pores, quer para passageiros, quer para cargas, equitativa e  
proporcionalmente, por todos que della se queiram utilizar;  
em caso de accumulo de carga ou de passageiros, dará pre-  
ferencia aos pedidos mais antigos, ou fará rateio da praça,  
quando se tratar de mercadorias que necessitem de prompto  
embarque.

Neste ultimo caso, deverá haver um livro apropriado nas  
agencias da companhia para registro dos pedidos.

Outrosim, a companhia se obriga a repartir, nas viagens  
obrigatorias estabelecidas na clausula II, a praça e a locação  
obrigatoria dos seus vapores, de modo que todos os portos de escala for-  
ma sejam contemplados na distribuição, de acôrdo com o  
movimento de trafego de cada um.

## XV

A companhia se obriga a só fazer transporte de inflam-  
máveis e explosivos em vapores exclusivamente de cargas,  
salvo as excepções previstas nas disposições regulamentares  
vigentes

## XVI

A companhia apresentará á Inspeccia Federal de Nave-  
gação, com regularidade e presteza, e organizados de acôrdo  
com os modelos que lhe forem entregues e as instrucções em  
vigor, a estatística do trafego de seus vapores, inclusive re-  
cita e despeza, quer para as viagens obrigatorias, quer para  
as extraordinarias, e tambem do movimento nos portos de es-  
cala, além de outros quaesquer dados e informações da mesma  
natureza que lhe forem solicitados, ficando inteiramente res-  
ponsavel pela exactidão e authenticidade de todos elles; bem  
assim apresentará, até 15 de março de cada anno, uma cópia  
do balanço de anno anterior, inclusive a conta de lucros e  
perdas, para que se possa conhecer de modo claro e preciso,  
a renda liquida ou deficit e a despeza discriminada do custeio  
do serviço effectuado.

## XVII

Em qualquer tempo, durante o prazo do contracto, o Go-  
verno terá o direito de comprar ou tomar a frete, compulso-  
riamente, os vapores da companhia, ficando esta obrigada a  
substituir por outros, nas condições exigidas neste contracto,  
no prazo de 12 mezes, os que forem comprados e desde logo  
os que forem fretados.

Os preços de compra ou de fretamento serão estipulados  
mediante prévio acôrdo; nos casos de força maior, porém,  
o Governo poderá lançar mão dos vapores independente de  
prévio acôrdo, regulando-se, posteriormente, a indemnização.

## XVIII

Em retribuição dos serviços prestados, de acôrdo com  
o estabelecido na clausula II, a companhia receberá uma sub-  
venção annual até 319:970\$496, assim dividida:

a) *Linha do Norte* — Onze centos quatrocentos e vinte e  
quatro mil oitocentos e vinte réis (11:424\$820) por viagem  
redonda;

b) *Linha do Centro* — Setecentos e cincoenta e cinco mil  
trezentos e sessenta réis (755\$360) por viagem redonda;

c) *Linha do Sul* — Quatorze centos quatrocentos e oitenta  
e quatro mil e vinte e oito réis (14:484\$028) por viagem  
redonda.

Os pagamentos da subvenção serão feitos mensalmente  
na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Mara-  
nhão segundo as viagens realizadas e mediante requerimento,  
acompanhado de attestado da Inspeccia Federal de Navega-  
ção, que será fornecido depois da companhia apresentar os  
documentos comprobatorios da realização das viagens obriga-  
torias com todas as suas escalas; esses documentos deverão  
ser attestados das agencias do Correio ou outros que  
taercam fé publica.

O calculo da subvenção todas as vezes, que por motivo  
de força maior, devidamente comprovada, não for completa-  
mente navegada, será feito com o desconto das milhas não  
navegadas, de acôrdo com a tabella de distancias, de que  
trata a clausula III; para esse calculo fica considerada a quan-  
tia de 98422, como subvenção por milha navegada em qual-  
quer das linhas.



Sem prejuizo da subvenção estipulada na clausula anterior, gozará a companhia, nos termos do art. 86, da lei numero 4.555, de 10 de agosto do corrente anno, dos favores concedidos ao Lloyd Brasileiro, enquanto era Sociedade Anonima, sob o regimen approved pelos decretos ns. 5.903, de 28 de fevereiro de 1906 e 7.772, de 30 de dezembro de 1909, excepto a subvenção, com a condição de fazer exclusivamente a navegação de cabotagem não alienar, nem retirar navio algum da cabotagem sem prévia autorização do Governo.

## XX

Salvo caso de força maior, devidamente justificado e acceto pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, ficará a companhia sujeita ás seguintes multas:

a) da perda da quota de subvenção correspondente a cada viagem estipulada na clausula II e mais a multa de 50 % da respectiva quota, si deixar de realizar qualquer uma dellas;

b) de 500\$ a 1:000\$, accrescida da perda da respectiva subvenção, se a viagem começada não for concluida; si a viagem for, porém, interrompida por motivo de força maior, não lhe será imposta multa, nme deixará de receber a subvenção devida pelo numero de milhas navegadas, de accôrdo com o disposto no final da clausula XVIII;

c) de 500\$ a 1:000\$ pela inobservancia de alguma das escalas obrigatorias das viagens contractuaes;

d) de 20\$ a 50\$ por prazo de tres horas ou fracção, que exceder da hora fixada para a sahida do vapor dos portos iniciais ou das respectivas escalas, si esse prazo exceder de 48 horas sem previa autorização do Governo, considerar-se-á a viagem como não realizada, e applicar-se-á então a multa prevista na lettra a. Esse prazo será contado sómente quando a demora for maior de tres horas.

Igual multa será devida por dia de demora na chegada dos vapores;

e) de 200\$ a 400\$ pela demora na entrega das malas postaes ou pelo seu máo acondicionamento e de 500\$ no caso de extravio, além da responsabilidade dos valores por ventura nellas contidos de accôrdo com a legislação em vigor;

f) de 100\$ a 500\$ pela infracção ou inobservancia de qualquer das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

As multas serão impostas pela Inspectoria Federal de Navegação, com recurso, sómente porém depois de pagas, para o Ministro da Viação e Obras Publicas, e deverão ser satisfeitas na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Maranhão, dentro do prazo de 10 dias, a contar da data em que for entregue pela Inspectoria a guia de recolhimento, sob pena de ser a sua importancia descontada, com o accrescimo de 10 %, da primeira subvenção devida á companhia ou da caução de que trata este contracto em clausula apropriada.

Paragrapho unico. O contracto caducará de pleno direito e assim será declarado por acto do Governo, independente de interpellação ou accção judicial, sem que a companhia tenha direito á indemnização alguma, perdendo a caução a que se refere a clausula immediata, em cada um dos seguintes casos, além dos prévistos na legislação vigente:

1º, si houver interrupção de viagens, em qualquer das linhas, por prazo excedente a 90 dias;

2º, si forem impostas multas repetidas, pela infracção da mesma clausula do contracto; á applicação dessa penalidade maxima, deverá, porém, preceder aviso da Inspectoria Federal de Navegação, ao impôr, pela terceira vez, o maximo da multa referente á clausula repetidamente infringida.

## XXI

A companhia, para garantia da execução do contracto, depositará no Thesouro Nacional ou na Delegacia Fiscal no Estado do Maranhão a quantia de 30:000\$, em moeda corrente ou em apolices federaes, apresentando recibo desta caução, no acto da assignatura do contracto.

## XXII

Para as despesas de fiscalização, a companhia entrará para a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Maranhão, com a importancia de 6:000\$ annuaes, pagos, por semestres adiantados, dentro do 1º mez do respectivo semestre.

O competente recibo deverá ser entregue, em original ou publica fórmula devidamente legalizada, á Inspectoria Federal de Navegação.

### XXIII

O prazo da duração do contracto será de cinco annos, contar da data do seu registro pelo Tribunal de Contas.

### XXIV

A companhia não poderá transferir, nem arrendar o contracto sem prévia autorização do Governo; outrossim se obriga a não alienar, nem afretar navio algum de sua frota, sem prévia autorização do Governo Federal.

### XXV

A despesa decorrente da clausula XVIII do contracto será paga no corrente anno, pelo credito aberto pelo decreto numero 15.730, de 13 do corrente, expedido de accôrdo com o n. 71, do art. 97, da lei n. 4.555, de 10 de agosto do corrente anno, e pelos creditos que forem concedidos pelo Congresso Nacional para os exercicios subseqüentes.

### XXVI

Em caso de desintelligencia entre o Governo e a companhia, sobre a interpretação de clausulas do contracto, será a questão submettida ao ministro da Viação e Obras Publicas. Si a companhia não se conformar com a resolução deste, será a questão resolvida por arbitramento, segundo as formulas legais.

Fica entendido que as questões previstas em clausulas do contracto, como as de multa, rescisão e outras, não se acham comprehendidas na presente disposição.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1922. — J. Pires de  
Rio.